



2024

V.17

História da Historiografia

International Journal of Theory
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia



UNIRIO



UFOP



Dossiê

D

Uma tríade reflexiva: ausência, presença e desaparecimento como abordagens historiográficas

Dossier | A Reflexive Triada: absence, presence and disappearance as historiographical approximations





Memória do capitalismo como ausência: um estudo a partir da pandemia de Covid-19 e do *Memorial Inumeráveis*

A study on the absence of capitalism's memory, based
on the Covid-19 pandemic and the *Memorial Inumeráveis*

Caroline Silveira Bauer

caroline.bauer@ufrgs.br

<https://orcid.org/0000-0001-9753-2078> 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História,
Porto Alegre, RS, Brasil.

Leandro Ferreira Souza

leandrokxx@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5304-4021> 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em História, Porto Alegre, RS, Brasil.



Resumo

A Covid-19 originou diversos projetos de arquivamento da experiência pandêmica e de memorialização de suas vítimas, entre eles, o *Memorial Inumeráveis*. Entretanto, observa-se nessas iniciativas a inexistência de menções ao capitalismo e à razão neoliberal como promotores da pandemia e dos milhões de vitimados. Este ensaio reflete sobre essa ausência de inscrição e reconhecimento e propõe uma leitura do *Memorial Inumeráveis* como uma “memória do capitalismo”. Argumenta-se que a pandemia de Covid-19 resulta de uma forma específica de relacionamento dos seres humanos com os ecossistemas, e que é possível inscrever e reconhecer a “memória do capitalismo” a partir de um ato de enunciação característico do trabalho de memória. Desta forma, a interpretação do *Memorial Inumeráveis* como uma “memória do capitalismo” contribui para explicitar os mecanismos de produção de naturalização do sistema capitalista e do neoliberalismo.

Palavras-chave

Capitalismo. Memórias. Dever de memória.

Abstract

The COVID-19 pandemic has led to various projects to archive the pandemic experience and memorialize its victims, such as the *Memorial Inumeráveis*. However, these initiatives lack mentions of capitalism system and neoliberal rationality as promoters of the pandemic and the millions of victims. This essay explores this absence of recognition and suggests that the *Memorial Inumeráveis* can be analyzed as a “capitalism’s memory”. The argument is that the COVID-19 pandemic is a consequence of human interaction with ecosystems, and by acknowledging this, it is possible to inscribe and recognize the “capitalism’s memory” from an act of enunciation characteristic of memory work. Interpreting the *Memorial Inumeráveis* as form of “capitalism’ memory” can highlight the mechanisms of normalization of the capitalism system and neoliberalism.

Keywords

Capitalism. Memories. Duty of memory.



Introdução

// Não foi só mais um número nessa estatística mórbida, foi-se um sol que brilhava na vida de todos que a conheciam”: assim o Memorial Inumeráveis descreve a Cely Guimarães Alves, 77 anos, vitimada pela Covid-19, a partir do testemunho enviado em 22 de julho de 2020 por seu filho, Sérgio Alves.¹

Assim como o Memorial Inumeráveis, diversos outros projetos de arquivamento da experiência da pandemia de Covid-19 e de memorialização de suas vítimas foram lançados desde março de 2020. Embora bastante heterogêneos entre si, essas proposições, tomadas em conjunto, caracterizam-se pela ausência de referência ao capitalismo como sistema promotor das relações hegemonicamente estabelecidas entre seres humanos e natureza, e, portanto, responsável pelos desequilíbrios que resultaram na pandemia de Covid-19 e seus milhões de vitimados.

Compreende-se essa ausência de inscrição e reconhecimento como uma forma específica de trabalho de memória, na dupla acepção atribuída por Elizabeth Jelín (2002). Jelín afirma que, por um lado, “trabalho” agrega a dimensão da ação e produção, elemento distintivo da condição humana, para além da ideia de agregação de valor e transformação; por outro, a autora também utiliza a ideia de “trabalho” como elaboração, próximo às concepções psicanalíticas freudianas, também desenvolvidas por historiadores como Dominique LaCapra e Paul Ricoeur. A memória, portanto, resultaria de um ato deliberado de produção de sentido e significado sobre um determinado evento rememorado, atribuindo-lhe certa importância. Através da mobilização da linguagem, a memória também possibilita atos de inscrição e reconhecimento, contribuindo com os processos de elaboração psicanalíticos. Considerando a indissociabilidade entre memória e esquecimento, a inexistência de menções ao capitalismo não configuraria necessariamente uma “ausência de memória”, mas uma forma memorial específica, aqui chamada de “memória do capitalismo”.

A partir dessa dimensão enunciativa e inscriível da memória, propomos evidenciar a ausência da presença e a presença da ausência das memórias do capitalismo no Memorial Inumeráveis. Na proposta digital, trabalhamos o capitalismo como presença de uma ausência na questão da numeração das vítimas. No projeto de memorial físico, na ausência de uma presença, a relação dos seres humanos com a natureza. Ambos seriam indícios de memórias do capitalismo, ainda que não nomeados por seus propositores.

Nossa hipótese sobre a “memória do capitalismo” como uma ausência advém da constatação de uma assimetria entre discursos e representações memoriais quanto ao

¹ Disponível em <https://inumeraveis.com.br> Acesso em 29 jul. 2024.



componente ideológico e político: enquanto memórias e vítimas de experiências comunistas são nomeadas, existe uma ausência de inscrição e reconhecimento das memórias e vítimas do capitalismo. Por isso, o ensaio não deixa de ser um estudo sobre as condições de produção de memórias do capitalismo e de nomeação de suas vítimas, mediante uma compreensão ampliada do capitalismo como uma razão cuja normatividade foi estendida a todas as dimensões da vida (Dardot, Laval, 2016), afetando a relação com o passado e com o tempo (Traverso, 2017; Cercel, 2020; Rosa, 2022).

As hipóteses que amparam essa investigação consideram que as tendências do capitalismo à abstração, aceleração e naturalização fomentam sua invisibilização como produtor de desigualdades, hierarquias e violações de direitos humanos. Essas tendências também contribuem para a destemporalização do sistema, que, por sua vez, resultam em uma memória encobridora (Rothberg, 2009).

O texto se divide em três momentos. No primeiro, analisaremos a pandemia como resultado de uma forma específica de relacionamento dos seres humanos com os ecossistemas, baseada na compreensão de “natureza barata”, conceituada por Jason Moore (2022), e característica do que foi nomeada por alguns pesquisadores como Antropoceno (Hamilton, 2015; Semal, 2015; Subedi, 2020; Turin, 2021a, 2021b e 2022) e, por outros, de Capitaloceno (Subedi, 2020; Hartley, 2022).² A essa interpretação, incluímos os conceitos e as análises desenvolvidas por Pierre Dardot e Christian Laval (2016) sobre a razão neoliberal. O segundo momento será dedicado ao estudo de algumas hipóteses sobre a ausência de inscrição e reconhecimento da “memória do capitalismo”. Para formular essas conjecturas, foi necessário um duplo movimento intelectual: em primeiro lugar, pensar sobre essa ausência como uma tendência do sistema capitalista à abstração e naturalização (Brown, 2018; Kayser, 2019; Benjamin, 2013 e 2020; Butler, 2022); em segundo lugar, utilizar reflexões provenientes de autores que se detiveram às reflexões teóricas (Nora, 1993; Groppo, 2002; Ricoeur, 2007; Assmann, 2011) ou ao estudo de outros trabalhos de memória (Feierstein, 2012; Catela, 2017), a fim de compreender o que seria uma “memória do capitalismo”. Por fim, no terceiro, apresentaremos a interpretação do Memorial Inumeráveis, em seu formato virtual e em seu projeto físico, como uma “memória do capitalismo”, mobilizando as análises desenvolvidas anteriormente. Cada um desses momentos corresponde a um tópico do texto.

Imaginamos que, ao propor essa conceituação e a interpretação sobre o Memorial Inumeráveis, contribuamos para explicitar os mecanismos de produção de naturalização do

² Reconhecemos que os chamados “-cenos” não se restringem ao Antropoceno e ao Capitaloceno. Entretanto, em nossa análise, nos deteremos apenas nessas duas conceitualizações.



sistema capitalista e do neoliberalismo. Ratificando as perspectivas de análise do Antropoceno, do Capitaloceno e da razão neoliberal, propomos a inscrição e o reconhecimento da “memória do capitalismo” e de suas vítimas a partir do Memorial Inumeráveis, ressaltando a importância da memorialização de experiências como medidas de reconhecimento da responsabilidade do sistema capitalista na produção dessas vítimas. Trata-se de um primeiro exercício de reflexão de um projeto de pesquisa coletivo mais amplo.

Experiência da Covid-19

Não havia registros na literatura de diversos campos do conhecimento sobre o contágio e transmissão do vírus SARS-CoV-2³ em humanos. A situação inédita vivenciada a partir de 2020, potencializada pelo desconhecimento e por interesses políticos escusos, fez com que muitos afirmassem, por vezes, de maneira sinofóbica (GAO, 2022), que a doença fora produzida em laboratórios para que a China conquistasse um domínio mundial. Outras pessoas consideraram o episódio um azar, uma fatalidade (Fox, 2021). Por fim, existe quem, em diálogo com as pesquisas que buscam rastrear a fonte do agente zero, expliquem a pandemia de forma um pouco mais complexa. Para essas pessoas, o contágio ocorreu a partir do contato de seres humanos com algum animal selvagem (ainda não identificado), que hospedava o vírus (Who Team..., 2021), e, contaminando o corpo humano, realizou mutações permitindo a transmissão endógena.

Em um primeiro momento, cientistas afirmaram que este contato foi entre uma pessoa e um morcego (Andersen, 2020). Recentemente, surgiu a hipótese de ter ocorrido a partir de raposas, cães-guaxinins ou texugos (Worobey et al., 2022). Para este trabalho, importa mais o local em que ocorreu esse contato: o *wet market The Huanan Seafood Wholesale Market*, em Wuhan, na China, o epicentro da pandemia.

Os *wet markets* (“mercados úmidos” na maioria das traduções) são espaços de comércio de produtos variados para consumo humano, podendo ser plantas, frutas e vegetais ou espécies animais domésticos, vivas ou mortas. Entretanto, segundo Lin et al. (2021, p. 387), há ainda duas categorias que comumente são incorporadas à noção comum de *wet market*, os *wildlife markets* e os *live-animal markets*. O primeiro pratica a venda de animais não-domésticos, vivos ou mortos, selvagens ou cativos; o segundo comercializa apenas animais vivos. Serem ou não lugares insalubres e inseguros depende da origem dos seus produtos e das medidas de biossegurança aplicadas a esses ambientes. Segundo Lin et al., o mercado de

³ SARS-CoV-2 ou “novo coronavírus” é como se chama o vírus da família Coronavírus que origina a doença Covid-19 em humanos.



Wuhan corresponde às três categorias, o que pode aumentar o risco de exposição a agentes patogênicos e infecções zoonóticas.

Os mercados úmidos, em muitos casos, refletem o comércio legal e seguro de produtos frescos e *in natura*, com requisitos de biossegurança cumpridos. Neste contexto, por vezes representam a única fonte de renda dos/as vendedores/as e a principal forma de aquisição desses produtos para muitos consumidores, no mundo todo (Lin et al., 2021, p. 386). Entretanto, quando fatores de risco tornam-se comuns nesses espaços, como no caso de Wuhan, o consumo e convívio com espécies selvagens e não-domésticas, culturalmente aceitos na China, devem ser problematizados. Embora possa parecer um hábito disseminado entre as diferentes classes sociais chinesas, o comércio de carne e subprodutos oriundos de animais silvestres é restrito aos setores “ricos e poderosos”, de acordo com Peter Li (2020, 7’20”). Em outras palavras, esse mercado existe parcialmente a partir da demanda fetichista de uma elite econômica e social, que gera lucros significativos para outros estratos a partir da clandestinidade e da exploração de trabalhadores. A coibição por parte dos órgãos de inspeção é precária porque, muitas vezes, a elite política coincide com essa elite econômica e social.

Percebe-se, portanto, como a agência humana foi responsável pela aproximação com hospedeiros originários do vírus. Não podemos afirmar que o controle dos *wet markets* teria impedido a pandemia, mas diminuiria seu impacto. Como Richard Ostfeld disse, “a natureza apresenta ameaças, é verdade, mas são as atividades humanas que produzem o dano real” (apud Vidal, 2020). Pensar sobre o relacionamento entre os seres humanos e a natureza encaminha nossas reflexões para o debate sobre o Antropoceno e o Capitaloceno e, portanto, sobre um sistema produzido por humanos para exploração dos recursos naturais do planeta.

O Antropoceno é a proposição de uma nova época na história geológica da Terra. Clive Hamilton, Christophe Bonneuil e François Gemenne (2015, p. 3) descrevem esse período como de “impacto humano ainda mais amplo, incluindo transformações da paisagem, urbanização, extinção de espécies, extração de recursos e aterramento sanitário, bem como rompimentos nos processos naturais, como o ciclo do nitrogênio”. O fenômeno tem sido estudado por diversos pesquisadores, com destaque no Brasil para os trabalhos de Rodrigo Turin (2021a, 2021b e 2022). O Antropoceno, portanto, pode ser compreendido como uma das principais agências do capitalismo, na busca desmesurada do “avanço” e do “progresso” rumo à acumulação infinita de capital, na maioria das vezes com impactos irreversíveis para o meio ambiente.

Madhusudan Subedi (2020) aprofunda a análise dos autores anteriormente citados, investigando as relações exploratórias que se estabelecem no Antropoceno a partir da lógica capitalista para o estudo da pandemia. Para tanto, Subedi faz uso do conceito de



Capitaloceno, que, segundo ele, “nos permite enxergar como as relações violentas e exploratórias do mundo moderno estão enraizadas em cinco séculos de capitalismo, e como esses arranjos desiguais são contingentes e estão no meio de uma crise sem precedentes” (Subedi, 2020, p. 18). Cabe esclarecer que, apesar do Capitaloceno ser um conceito alternativo ao Antropoceno e anteriormente desenvolvido por outros autores, como o historiador Jason Moore, a análise de Subedi é imprescindível neste espaço dialógico pela sua aproximação com o tema da pandemia de Covid-19 e a sua origem. Para além do espaço cronológico e simbólico estabelecido pela pandemia, a discussão sobre o Capitaloceno alcança diferentes espaços e tempos, sempre bastante alinhada à concepção de “Natureza Barata” de Moore (2022).⁴ Sobre isso, o historiador defende que a lei do valor no capitalismo é a lei da Natureza Barata, cujo projeto prevê a apropriação da natureza não-capitalizada como a égide da produtividade do trabalho, acompanhado das Quatro Coisas Baratas (alimento, energia, matéria-prima e força de trabalho) (Moore, 2015). Sobre isso, o autor inclusive cita que “O processo estranho e dinâmico de botar a natureza para trabalhar a baixo custo foi a base dos feitos da modernidade – a fome e a capacidade de extrair as Quatro Coisas Baratas” (Moore, 2022, p. 28).

Na experiência capitalista antropocênica, o progresso é um dos valores orientadores da sociedade, defendido por muitos intelectuais sem considerar os danos provocados por essa “teologia” e por considerar o sistema como natural e incontestado. Nesse sentido, retornamos à leitura feita por Walter Benjamin da tela de Paul Klee, *Angelus Novus*. Benjamin descreve o anjo com seus olhos arregalados, a boca aberta e as asas estendidas; seu rosto e feição se voltam ao passado e, as asas abertas, se enrijecem com uma forte tempestade vinda do paraíso, que tenta o impelir para o futuro - para o qual ele vira as costas. “Aquilo que chamamos de progresso é essa tempestade”, termina Benjamin (2020, p. 89, grifo original). Para ele, portanto, parece que os ventos do progresso trazem consigo os escombros da destruição que se amontoam aos pés do anjo. A escrita do pensador alemão está indelevelmente marcada pela experiência do entreguerras europeu. Porém, podemos extrapolá-la para uma análise do sistema capitalista de forma geral, se pensarmos o progresso como um de seus valores, e compreender os intentos de sua naturalização, inevitabilidade e irresistibilidade (Löwy, 2005, p. 93).

No Antropoceno, o progresso se erige sob a inevitabilidade, afinal, não se pode – nem se deve – frear o desenvolvimento capitalista. Assim, é válido pensar que uma época geológica, um sistema e uma racionalidade (Dardot, Laval, 2016) podem ser fatores que contribuíram para a proporção e severidade da experiência da pandemia de Covid-19.

⁴ O autor justifica a utilização de maiúsculas para reforçar a forma como o capitalismo vê o mundo. Cf Moore (2015).



Em relação ao Antropoceno, Luc Semal (2015) argumenta que as reflexões sobre essa época geológica se dividem em duas chaves interpretativas: a catastrófica e a continuísta. A primeira trata das mudanças no planeta Terra e na vida humana a partir de episódios abruptos e grandes catástrofes, como questões naturais e quedas de meteoros, em que as ações humanas não são centrais; e a segunda, que compreende transformações graduais estendidas no tempo, o que nos levaria a pensar o Antropoceno como um fenômeno de longa duração, com significativa intervenção humana (Semal, 2015, p. 91-93).

Desta forma, o autor explora o conceito de humanidade como uma força geológica, o que auxilia a compreender que a pandemia de Covid-19, um episódio catastrófico, está inserida em um sistema econômico que acumula gradualmente danos e impactos para a natureza e os seres vivos. A força geológica da humanidade é, segundo Clive Hamilton (2015, p. 32), radicalmente distinta do que se entende como “força da natureza”, por seu caráter deliberado e voluntário. Essa ação reflete-se em acontecimentos não-naturais, que poderiam nunca acontecer, ou não se suceder tão rapidamente, como o aumento de emissão de carbono na atmosfera, o degelo glacial nos polos árticos do planeta, as alterações climáticas que levam ao aquecimento global e, não por acaso, o aumento do número de epidemias e pandemias de vírus que, em princípio, não circulariam entre humanos.

Reforçar o caráter deliberado e voluntário dessa ação humana significa assumir a responsabilidade pelos danos que o sistema capitalista gera para a biosfera como um todo. Como afirma Ailton Krenak (2020, p. 5 [edição Kindle]), questionando o antropocentrismo,

Temos que abandonar o antropocentrismo; há muita vida além da gente, não fazemos falta na biodiversidade. Pelo contrário. Desde pequenos, aprendemos que há listas de espécies em extinção. Enquanto essas listas aumentam, os humanos proliferam, destruindo florestas, rios e animais. Somos piores que a Covid-19. Esse pacote chamado de humanidade vai sendo descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos.

Essa força geológica da humanidade é autodestrutiva. É importante compreender que, individualmente, produzimos impacto no meio ambiente através dos nossos hábitos de consumo e vida (como *carbon footprints*, “pegadas de carbono”). Contudo, assinalamos aqui a responsabilidade do sistema capitalista nessa ação predatória, buscando anular inclusive as



alternativas disruptivas. Conforme Erick Kayser, “um amanhã diferente, no neoliberalismo, é por definição uma representação distópica” (2019, p. 6). Isso já fora identificado por Walter Benjamin em 1921, quando analisou o capitalismo enquanto religião e como culto permanente, e o ato se forjar a impossibilidade de superação, uma vez que um de seus elementos é justamente a produção da culpa no lugar da possibilidade de expiação:

Faz parte da essência desse movimento religioso que é o capitalismo aguentar até o fim, até a culpabilização final e total de Deus, até que seja alcançado o estado de desespero universal, no qual ainda se deposita alguma *esperança*. Nisto reside o aspecto historicamente inaudito do capitalismo: a religião não é mais reforma do ser, mas seu esfacelamento. Ela é a expansão do desespero ao estado religioso universal, do qual se esperaria a salvação (Benjamin, 2013 [1921], p. 15).

Em outras palavras, o capitalismo desresponsabiliza-se de suas práticas ao mesmo tempo em que responsabiliza as pessoas individualmente. Podemos formular como hipótese que advenha daí a dificuldade de reconhecer o sistema capitalista como produtor de vítimas. Esse ocultamento e desresponsabilização, que podem se expressar em práticas de naturalização e não-questionamento, são, em realidade, políticas de esquecimento promovidas pelo próprio sistema. Levando-se em consideração que esquecer e lembrar são dinâmicas indissociáveis (Groppo, 2002), o esquecimento promovido pelo capitalismo também dissemina certa representação memorial sobre o sistema.

Conforme Kayser (2019, p. 4),

Se admitirmos que o neoliberalismo não deva ser interpretado apenas como uma política econômica ou ideologia – ou ainda uma combinação destas – e o analisarmos como tendo atingido uma condição de nova forma de racionalidade ou de uma hegemonia qualitativamente inédita, nos permite associar uma gama de problemas que muitas vezes não são perceptíveis dentro da lógica em que estão inseridos. (Kayser, 2019, p. 4)

A experiência da pandemia de Covid-19 compreendida como resultado de um tipo específico de interação entre seres humanos e natureza, intermediada pela noção de “Natureza Barata”, explicitada anteriormente, e demais valores do capitalismo, torna imperativo que reflitamos sobre o reconhecimento da condição de vítima do capitalismo das pessoas que



sofreram alguma consequência da forma de relacionamento estabelecida com o meio a partir da racionalidade do capital. Avaliaremos a plausibilidade de compreender as vítimas da pandemia como vítimas do capitalismo, e a importância desse reconhecimento em medidas de memorialização da catástrofe.

Pensar uma memória para o capitalismo e reconhecer suas vítimas

De acordo com Christian Laval e Pierre Dardot (2016), o neoliberalismo é um sistema normativo que estendeu a lógica do capital a todas as esferas da vida e as relações sociais. Seria paradoxal pensar que, mediante esse domínio totalizante (Rosa, 2022), a razão neoliberal não tenha afetado a experiência de tempo e as definições de história e memória. No caso da temporalidade, alguns autores têm referenciado a vivência de um regime de historicidade neoliberal (Traverso, 2017; Turin, 2019; Cercel, 2020), e, sobre as implicações e vestígios do neoliberalismo na escrita da história e na prática memorial, também temos contribuições. Enzo Traverso (2017) cita três tendências de uma historiografia e memória “neoliberais”: o fim das utopias, a despolitização do passado e a reificação do passado. Cristian Cercel (2020), por sua vez, afirma que toda a política de memória é uma forma neoliberal de relacionamento com o passado. Entretanto, não existem reflexões sobre as possibilidades e os limites em se pensar uma “memória do capitalismo” e em reconhecer certas pessoas como vitimadas pelo capitalismo.

O argumento desenvolvido a seguir parte da premissa de que a ausência caracteriza tanto a memória do capitalismo relacionada à pandemia de Covid-19 quanto o reconhecimento dos seres vitimados como vítimas do capitalismo. No primeiro caso, reconhecer e nomear a experiência da pandemia como uma memória do capitalismo implicará refletir sobre uma postura ético-política de profissionais da história. Nesse sentido, essa memória será estudada a partir de três perspectivas: sua não-inscrição ou simbolização, como negação e como resultado da dessensibilização. No segundo caso, proporemos um debate sobre a categoria de vítima permitindo que as pessoas vitimadas pela Covid-19 sejam reconhecidas como vítimas do capitalismo.

Iniciemos com a ausência do reconhecimento da “memória do capitalismo”. Nancy Fraser, em palestra proferida na Universidade de Cambridge em 2014, declarou que “o capitalismo está de volta” (Fraser, 2023, p. 25). A autora fazia referência aos debates suscitados pela crise de 2008 na Europa e nos Estados Unidos, em contraposição a um paulatino “apagamento” do capitalismo, observável pela utilização de expressões como “livre iniciativa” ou “livre mercado”. No sul global, embora as contradições do sistema não tenham deixado de ser experimentadas, e o capitalismo não tenha sido abandonado nas agendas de pesquisa, a tendência a esse “apagamento” também pode ser observada.



Esse “apagamento” estaria relacionado a características intrínsecas ao capitalismo, tais como a abstração e a aceleração, que concorrem para sua naturalização e, por consequência, sua não-historicização.

O reconhecimento e a nomeação da memória do capitalismo, portanto, pressupõe sua desnaturalização, o que implica um grande desafio, conforme constatado por Wendy Brown para se referir ao neoliberalismo: “como nomear e desafiar algo tão ubíquo, difuso e superficialmente benigno como a governança e a racionalidade neoliberal?” (Brown, 2018, p. 50). Consideramos que essa desnaturalização passa pela adoção de um conceito ampliado de capitalismo, que extrapole as definições econômicas, e se considere as influências do sistema nas formas de relacionamento com o passado e na produção memorial. Pressupõe, igualmente, uma postura ética e política dos profissionais da história, resultando em uma prática historiográfica mais comprometida (Rangel, De Araújo, 2015). Esses dois elementos, são considerados por Brown como indispensáveis para uma crítica não-edipiana de resistência e transformação, ou seja, de superação de uma narrativa que localiza o neoliberalismo unicamente em sujeitos e instituições. Da perspectiva da produção de memórias, para o reconhecimento de uma “memória do capitalismo”, seria necessário enfrentar uma concepção privatista de memória, individual e psicologizada, de caráter não-espontâneo e que se apresenta como um dever (Nora, 1993).

Neste ato de reconhecimento das “memórias do capitalismo” como uma historiografia comprometida ética e politicamente, consideramos ser necessário um recorte interseccional, evidenciando as diferenças nas possibilidades de enunciação e reconhecimento, devido aos distintos capitais políticos e simbólicos que os sujeitos possuem, conforme foi evidenciado por Ludmila da Silva Catela (2017) para as diferentes narrativas memoriais sobre a última ditadura argentina.

Nossa proposição de reconhecimento da “memória do capitalismo” não pretende uma inflação memorial, nem a abertura para possíveis abusos e banalizações, estudados por Tzvetan Todorov (2000) e Régine Robin (2012). Pensando esse reconhecimento não enquanto uma “política de memória”, mas como uma “memória da política” (Cercel, 2020) essas memórias deveriam se pautar pela proposição de Cristian Cercel (2020, p. 37), para quem

As políticas de memória são ao mesmo tempo orientadas para o passado e presentistas, não conseguindo promover a construção de um futuro. Ao contrário, as memórias da política podem trazer de volta ao primeiro plano futuros passados, ideias anteriores de igualdade e democracia radical, e lutas coletivas que visam colocar esses futuros em prática; as memórias da política nos lembram que



lutar pelo futuro pode dar mais legitimidade ao presente do que apenas lutar pelo passado.

Partamos, agora, para um debate sobre a “memória do capitalismo” como uma ausência. Aqui, a ausência é não é entendida como “nada”, mas como algo que existe, uma presença que não está nomeada. Portanto, a linguagem e a simbolização através da inscrição e nomeação tornam-se formas de explicitar e, ao mesmo tempo, combater essa ausência. Proporemos a “memória do capitalismo” como uma ausência a partir de três chaves interpretativas, como dissemos anteriormente: ausência como não-inscrição ou simbolização, ausência como negação e ausência como dessensibilização.

Nossa primeira análise é compreender a “memória do capitalismo” como uma ausência a partir da não-inscrição ou simbolização. Inscrever, nomear ou simbolizar (aqui, termos tomados como sinônimos) significaria a possibilidade de articular certas experiências em uma rede de sentidos através da linguagem. É pela palavra e por sua força que a elaboração se torna possível, tanto pela transformação da vivência em palavra, como pela construção de sentido pelo sujeito. Esse processo nunca é individual e isolado, mas histórico e social. Como afirma Daniel Feierstein (2012, p. 66), “los procesos de memoria serían ámbitos de creación de sentido que, a través de la representación en palabras y su expresión narrativa, buscan una articulación coherente de las experiencias pasadas en el presente, una apropiación del pasado para transformar la acción presente.”

Reconhecer a memória e as vítimas da pandemia relacionadas ao capitalismo pode contribuir não apenas para a inscrição e o registro dessa experiência, mas como forma de desnaturalização do sistema. De acordo com Bruno Groppo (2002, p. 188), “o recurso à memória não é, então, um luxo inútil ou uma operação masoquista destinada a prolongar indefinidamente o sofrimento, mas, ao contrário, a condição indispensável para tentar compreender o desastre atual e para orientar-se a um futuro menos calamitoso.”

Passemos, agora, à ideia de ausência como negação. Enquanto negação, podemos falar de duas abordagens: como memória manipulada (Ricoeur, 2007), compreendendo o negacionismo como esquecimento; e como uma dimensão psicanalítica de negação, como não aceitação de determinada realidade.

Paul Ricoeur (2007, p. 83) definiu “memória manipulada” como uma das formas abusivas de exercício da memória, vinculada a um processo de ideologização. De acordo com o autor, essa ideologização da memória pode produzir distorções da realidade e legitimação do sistema de poder (Ricoeur, 2007, p. 95). Uma forma de expressão dessa manipulação é o negacionismo como esquecimento.



Em relação à memória da pandemia e dos vitimados como “memórias do capitalismo”, uma das possibilidades de compreender essa negação está no entendimento do capitalismo como “religião civil”. Retornando à definição dada pelo Dicionário Houaiss, uma das possíveis origens etimológicas da palavra “vítima” remete à ideia da pessoa que foi morta em sacrifício a uma divindade ou na execução de algum rito sagrado (Houaiss e Villar, 2001, p. 2873). Combinando essa definição com a interpretação benjaminiana do capitalismo como uma religião, as “vítimas do capitalismo” deixam de existir, porque não são uma disfunção do sistema ou de sua razão, mas como parte integrante, vinculada aos efeitos do progresso e da “seleção natural” promovida pela lógica concorrencial (Dardot, Laval, 2016). Com essa hipótese, nos aproximamos das análises elaboradas por Achille Mbembe (2018) sobre a necropolítica e a banalidade da vida e da morte de certos sujeitos, como seus interlocutores, Hannah Arendt, Giorgio Agamben e Michel Foucault, também evidenciaram (COSTA, 2020). As vítimas do capitalismo não seriam contabilizadas e memorializadas porque são intrínsecas à própria lógica do sistema, não sua consequência. Produz-se, portanto, uma negação da vitimação desses sujeitos pelo esquecimento a que são submetidos como vítimas do capitalismo.

Essa negação também pode ser observada a partir da lógica de alienação provocada pela aceleração da experiência temporal (Rosa, 2022). Essa alienação levaria a uma disposição à ablação para não “ficar para trás”, algo também trabalhado por Wendy Brown em sua ideia de “cidadania sacrificial” (Brown, 2018).

Thomas Nail desenvolveu a ideia de “Covid Capitalism” (algo como “capitalismo da Covid”), em que estabelece algumas características da relação entre o capitalismo e a pandemia de Covid-19. Para o autor, a pandemia se transformou em um método para o aumento da desigualdade e lucratividade (Nail, 2022, p. 328), o que, em princípio, não seria inédito, haja vista as experiências das crises de 1929 e 2008, e de que forma a miséria das pessoas e o enriquecimento das elites econômicas estão correlacionadas. Porém, a originalidade da pandemia de 2020 reside no acúmulo histórico de danos da exploração e expropriação capitalistas. As mudanças climáticas, o aquecimento global e as migrações forçadas afetam animais, que perdem seus habitats naturais, e seres humanos, que são expostos a vírus (Nail, 2022).

Nail (2022) reforça a argumentação do capitalismo como uma racionalidade passível de estabelecer hierarquias socioeconômicas e, portanto, promover a desigualdade. No Brasil, isso foi evidente. De acordo com o Instituto Pólis de São Paulo, pessoas negras e mães solo foram os grupos mais afetados pela pandemia; segundo a Agência Brasil, os povos indígenas receberam menos da metade da verba de recursos emergenciais que foi destinada à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Em contraposição, durante a pandemia, a cada 26 horas surgia uma nova pessoa bilionária.



O relacionamento da racionalidade capitalista com a pandemia de Covid-19 pode ser sintetizado da seguinte forma. Primeiramente, o caráter exploratório e predatório do relacionamento com a biosfera, visando a maximização dos lucros, gera mudanças ambientais e climáticas e desequilibra os ecossistemas. Isso faz com que as pessoas entrem em contato e se contaminem com vírus que, anteriormente, circulavam apenas entre animais. Logo, temos uma série de epidemias e pandemias que, devido às políticas de gestão adotadas pelos Estados, ou sua omissão, acarreta: o aumento da desigualdade social, a ampliação da propagação do vírus (principalmente quando está associada a uma política negacionista), e potencializa as perdas econômicas (empregos) e humanas, afetando diretamente populações marginalizadas, minorias e periféricas.

Em relação à elaboração de políticas públicas de gestão da pandemia caracterizadas pelo falseamento da realidade e pelo negacionismo, como foi o caso do Brasil, existe uma extensa cadeia de responsabilidades, que se estende dos gestores públicos até os elementos que se beneficiaram das narrativas que, por exemplo, promoveram medicamentos e tratamentos inefáveis; ou então boicotaram, legitimados pelo Executivo Federal, medidas de controle da propagação da doença, ou subnotificaram casos de contágio e mortes pela Covid-19. Nesse sentido, devemos estar atentos para que a ideia de “vítima” do capitalismo não evidencie uma postura de passividade perante os eventos, já que houve muita colaboração ou, no mínimo, omissão da sociedade civil em relação às políticas desenvolvidas pelo governo de Bolsonaro. Desta forma, a noção de vítima se torna ainda mais complexa, afinal de contas, os responsáveis pela pandemia também seriam vítimas da “religião” capitalista?

Uma segunda possibilidade de compreensão da ausência como negação advém de uma leitura psicanalítica. Esta conceituação de negacionismo se afasta de uma perspectiva que restringe a compreensão de negação como ato ou efeito de negar, e se aproxima-se das definições da psicanálise da negação como um mecanismo de defesa, explicitando um comportamento social dos negacionistas, para os quais a negação seria o ato de não aceitar ou reconhecer algo como possível ou verdadeiro. Nesse sentido, o não-reconhecimento da memória e das vítimas do capitalismo estaria relacionado a um pacto denegativo do sistema, um acordo inconsciente em nível social de exclusão de toda referência ao acontecimento (Feierstein, 2012, p. 79).

Mobilizando a ideia da desigualdade de reconhecimento de humanidade elaborada por Judith Butler (2022), podemos afirmar que também opera um mecanismo de defesa em pacto denegativo quando se considera certos sujeitos como não existentes, “irreais”. Assim, a violência de sua negação como vítimas do capitalismo não se operaria, porque “se a violência é cometida contra aqueles que são irreais, então, da perspectiva da violência, não há violação ou negação dessas vidas, uma vez que elas já foram negadas” (Butler, 2022, p. 54)



Por fim, juntamente com a ausência por não-inscrição ou simbolização e a ausência como negação, a terceira forma de compreender a ausência da memória e das vítimas do capitalismo estaria relacionada à dessensibilização.

Para compreender a “memória do capitalismo” como uma ausência por dessensibilização, nos valem das reflexões de Daniel Feierstein (2012) sobre os processos de elaboração da última ditadura civil-militar argentina a partir do uso de determinados conceitos – no caso, de genocídio. Feierstein realiza um estudo sobre os efeitos dessensibilizadores do terror, afirmando que a submissão permanente da população argentina ao terror, gerou a dessensibilização como resposta adaptativa e a inibição da ação. Poderíamos pensar em uma transposição desta análise para a vivência das violências cotidianas da razão neoliberal, um excesso de difícil administração, porque geram comportamentos de distanciamento e ausência de empatia. Conforme afirmam Arthur Nestrovski e Márcio Seligmann-Silva (2000, p. 11), “cada um de nós sobrevive como pode a uma dose diária de exposição traumática, na tela da televisão ou no sinal de trânsito.”

Consideramos que essa forma de ausência combina elementos da ausência como não-inscrição e simbolização e da ausência como negação. A dessensibilização está relacionada à definição dada por Judith Butler (2022) para “vidas precárias”. A autora parte da premissa de que existe uma distribuição desigual do luto na sociedade, resultando em concepções excludentes da noção de humano e do reconhecimento de quais vidas podem ser vivíveis e quais mortes podem ser enlutadas (Butler, 2022, p. 13).

Segundo Butler (2022, p. 19),

“a esfera pública é constituída, em parte, pelo que pode aparecer, e a regulação do campo da aparência é uma forma de estabelecer o que contará como realidade e o que não contará. É também um modo de estabelecer quais vidas podem ser marcadas como vidas e quais mortes contarão como mortes”.

A dessensibilização, portanto, poderia ser entendida como uma forma de banir reconhecimentos e processos de luto do espaço público. Isto ocorreria porque o trabalho de luto possui uma temporalidade específica, pouco compatível com o regime de historicidade neoliberal.

Essa ausência de reconhecimento da memória e das vítimas do capitalismo estaria, portanto, relacionada a uma dimensão ontológica dos sujeitos cujo registro memorial é negado. A precariedade de suas existências reflete diretamente na precariedade da inscrição como seres vitimados pelo capitalismo.



Com essa caracterização, pretendemos refletir sobre os processos de naturalização, ocultação e silenciamento da memória e das vítimas do capitalismo como uma ausência. No próximo item, analisaremos o Memorial Inumeráveis como uma iniciativa possível de registro dessa memória e reconhecimento das vítimas, ainda que não diretamente enunciado por seus propositores. Acreditamos ser possível nomear a iniciativa como uma “memória do capitalismo” e reconhecer as vítimas da Covid-19 como “vítimas do capitalismo” porque partimos de uma compreensão de memória como um ato criativo, mobilizador de elementos presentes na memória social, e enunciativo, em que a linguagem se faz necessária.

Essa ausência de reconhecimento da “memória do capitalismo” também é observável a respeito das “vítimas do capitalismo”. O Dicionário Houaiss define “vítima” como uma pessoa afetada por algo, ocasionando algum dano ou prejuízo (Houaiss e Villar, 2001, p. 2873). O uso do conceito no campo das ciências humanas e sociais foi diretamente influenciado pelos acontecimentos do século XX, complexificando seu emprego. Para Isabel Piper-Shafir (2018, p. 494), as vítimas foram identificadas com os traumas sofridos, considerando que essas situações-limite deixam marcas que configuram suas identidades pessoais e coletivas. Essa “retórica da marca” faz com que as vítimas ocupem lugares e significados sociais distintos de quem não viveu os eventos em questão. De acordo com Michael Pollak (apud Catela, 2001, p. 24), uma situação-limite “provoca inéditas ações perante o imprevisível, situações para as quais não fomos preparados, socializados, iniciados. Quebrando a ordem naturalizada do mundo habitual, o grupo social deve adaptar-se a um contexto novo e redefinir sua identidade e suas relações com os outros grupos.”

Essa transformação é resultado de um processo de publicização dos testemunhos de sobreviventes de eventos traumáticos, iniciado com o processo de Adolf Eichmann em Jerusalém. Para Shoshana Felman (2014), esse episódio teria sido o responsável por “retirar” o testemunho do âmbito jurídico e inseri-lo no debate público, reforçando o caráter experiencial das vítimas como argumento de autoridade. Não se trataria apenas da prerrogativa de afirmar “eu estava lá” ou “eu vi”, mas da legitimidade de enunciação das narrativas.

Em um dos processos de banalização e saturação de memória observados, as vítimas passaram a ser reconhecidas não mais por suas experiências, mas por seu “sofrimento”. As estratégias discursivas que levaram à despolitização da categoria foram evidenciadas por pesquisadores (Vingyes, 2014, Gatti, 2017). Enzo Traverso (2017), por exemplo, afirma que essa despolitização é característica do regime de historicidade neoliberal. Ressaltamos que nosso objetivo não é contribuir com a “inflação” da categoria, nem com a reificação das pessoas que sofreram as diferentes violências políticas do século XX, mas pensar sobre as dimensões ideológicas e políticas do reconhecimento de alguns sujeitos como vítimas em detrimento de



outros. Ao mesmo tempo, o reconhecimento das vítimas não deveria implicar um esquecimento ou silenciamento sobre os vitimários. Seu conhecimento e atribuição de suas responsabilidades também opera em uma chave de reconhecimento social. Este é um alerta realizado por diferentes pesquisadores que vêm estudando os perpetradores de violência política (Ferrer, Sánchez-Biosca, 2019).

Por exemplo, em uma literatura de caráter anticomunista e liberal, construiu-se a cifra de 100 milhões de mortos atribuídos às diferentes experiências de governos comunistas e socialistas (Engel-Dimauro, 2021). As “vítimas do comunismo” foram reconhecidas e memorializadas através de estátuas, memoriais, monumentos e outras narrativas, tanto em países ex-repúblicas soviéticas, quanto no âmbito do Parlamento Europeu, para além de expressões fora da Europa. Observamos, portanto, uma dimensão política na identificação e memorialização dessas vítimas que não ocorre, por exemplo, quando se pensa nas pessoas que foram afetadas pelas dinâmicas do capitalismo ao longo do tempo.

Podemos falar, portanto, em uma ausência do reconhecimento da memória e das vítimas do capitalismo, ainda que, quanto às vítimas exista uma exceção, o texto de Salvatore Engel-Dimauro (2021).

De acordo com o autor, “nós poderíamos e deveríamos ir além e culpar os capitalistas por todas as mortes relacionadas ao colonialismo, imperialismo, guerras capitalistas, fomes, e mortes prematuras por conta de acidentes industriais, negligência no local de trabalho e assistência médica inadequada em todos os países fora do ‘Bloco Comunista’” (Engel-Dimauro, 2021, p. 5).

Nossa proposta de reconhecimento das vítimas da Covid-19 como “vítimas do capitalismo” possui alguns pressupostos. Além da preocupação anteriormente explicitada quanto à reificação dos sujeitos, acreditamos que essa legitimação deva ocorrer a partir de um recorte interseccional, que evidencie as múltiplas formas de experienciar a pandemia de Covid-19, principalmente em países extremamente desiguais como o Brasil, e inseridos em uma lógica periférica do capitalismo. Lembramos que o vírus não afetou e não afeta a todos de forma igual; ao contrário, acentua as desigualdades de classe, de gênero e de pertencimento étnico-racial. Porém, o ato discriminatório não é feito pelo vírus, mas por seres humanos “movidos como somos pelos poderes conjugados do nacionalismo, do racismo, da xenofobia e do capitalismo” (Butler, 2020).

Memorial Inumeráveis como uma memória do capitalismo

Este último tópico procura demonstrar a ausência da presença e a presença da ausência da memória do capitalismo no espaço público a partir da análise do projeto Memorial Inumeráveis.



O Memorial Inumeráveis, em sua versão digital, foi lançado em 30 de abril de 2020, pouco mais de um mês depois da declaração de pandemia, com site e perfis no Facebook, Instagram e Twitter. A iniciativa se define como um “memorial dedicado à história de cada uma das vítimas do coronavírus no Brasil”. Trata-se de um página *web* que apresenta, em ordem alfabética não numerada, uma listagem com nome, idade e um epitáfio da pessoa que foi vitimada pelo Covid-19. Ao se clicar nos nomes, acessa-se uma página com uma descrição mais extensa sobre a vida da pessoa, e tem-se informações da coleta do testemunho que deu origem ao texto. Por não ser contabilizado – inumeráveis –, não se sabe quantas são as homenagens.

Em outro espaço, afirma-se que “o Memorial Inumeráveis vem escrevendo a história de milhares de vítimas do coronavírus, através de uma rede de centenas de voluntários, em um processo colaborativo e interativo de luto e cura sem precedentes no Brasil.”⁵ Essa interação poderia ser entendida como indício de uma forma coletiva de enfrentamento da situação, para além das soluções individuais e privadas características da resposta neoliberal.

O projeto foi idealizado pelo artista visual Edson Pavoni, e conta com apoiadores voluntários, que elaboram as biografias. Os casos são registrados na plataforma por meio de um formulário que pode ser preenchido por amigos ou familiares, mas também os voluntários realizam uma busca ativa em perfis pessoais nas redes sociais virtuais e em portais de notícias.

Sandra Grisales e José Coimbra (2021, p. 180) definem iniciativas como o Inumeráveis como “altares espontâneos de memória” que “atuam no umbral entre a comemoração e o ativismo social. São uma forma de ação social que pretende chamar atenção para o ocorrido, mostrar que essas pessoas são muito mais que números ou dados, incentivam a ação, a expressar a indignação e pedir respeito por essas histórias de vida.”

No Inumeráveis, as pessoas vitimadas pela pandemia são lembradas para além de números, que poderiam remeter à abstração característica do capitalismo. No ato de prestar um tributo às vítimas, recupera suas subjetividades e dota suas biografias de sentimentos (Bloss, Alves, 2021; Baldini, Nascimento, 2021; Gonçalves Batista, 2021), ao mesmo tempo em que contribui para o processo de elaboração do luto do entorno social através de um espaço de inscrição dessas histórias, algo permanentemente deslegitimado e negado no espaço público durante a gestão de Bolsonaro. Como afirma Jeanne Marie Gagnebin (1998, p. 219), “todo o trabalho de pesquisa simbólica e de criação de significação é também um trabalho de luto. E que as inscrições funerárias estejam entre os primeiros rastros de signos escritos confirma-nos, igualmente, quão inseparáveis são memória, escrita e morte.” O registro realizado pelo Memorial

⁵ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/futuro/> Acesso em: 29 jul. 2024.



Inumeráveis contrapõe-se à normatividade abstrata do capitalismo e à banalização das perdas pela narrativa presidencial de esquecimento e superação dessas mortes, dotando as pessoas vitimadas de agência e significado.

Essas pessoas, portanto, são narradas como sujeitos de direitos individuais e coletivos antes de sujeitos-empresas da lógica competitiva e individual inerente ao neoliberalismo (DardotLaval, 2016). A (re)escrita de suas biografias substitui as narrativas de risco e sacrifício (Brown, 2018), que caracterizariam uma memória neoliberal.

Especificamente no contexto brasileiro de enfrentamento à pandemia, o Memorial Inumeráveis pode ser compreendido como uma possibilidade de transformar essas pessoas responsabilizadas por suas escolhas em vítimas mais-que-números. Giorgio Agamben (2002), argumenta que a tanatopolítica seria, de forma contrária à biopolítica de Michel Foucault, a decisão sobre a morte de outrem. Agamben analisa o uso desse poder soberano a partir da experiência do III Reich. Sobre esse poder de decisão sobre a vida do outro, o autor diz que

Se ao soberano, na medida em que decide sobre o estado de exceção, compete em qualquer tempo o poder de decidir qual vida possa ser morta sem que se cometa homicídio, na idade da biopolítica este poder tende a emancipar-se do estado de exceção, transformando-se em poder de decidir sobre o ponto em que a vida cessa de ser politicamente relevante (Agamben, 2002, p. 149).

A tanatopolítica pôde ser conservada durante a pandemia no Brasil através das políticas de naturalização das mortes, tratadas apenas como números, e pelas políticas de esquecimento produzidas pelo bolsonarismo.

A ideia de “vida que deixa de ser politicamente relevante” esteve presente em diversos discursos de atores políticos sobre os mortos por decorrência da pandemia e nas denúncias sobre a manipulação dos números a partir de atitudes deliberadas de falseamento e subnotificação, com a justificativa de que a economia não podia parar. Citemos, como exemplo, a fala do então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. Em março de 2020, quando o país contabilizara 136 mortos, afirmou que “todos nós iremos morrer um dia” (Tajra, 2020). Ou, ainda, a declaração de Solange Vieira, então superintendente da Superintendência de Seguros Privados que, à época, disse que a morte de idosos por Covid-19 melhoraria o desempenho econômico ao diminuir o déficit previdenciário (Lindner, Vargas, 2020).

Ambas as colocações desumanizam e despolitizam as vítimas, ao mesmo tempo que evidenciam a ação tanatopolítica do Estado como ente fundamental à racionalidade neoliberal na



compreensão dessas pessoas como obstáculos que precisavam ser superados. Os seres humanos são convertidos, portanto, em unidades econômicas, e, reificados, também deixam de ser sujeitos de direitos. Portanto, em uma iniciativa como o Memorial Inumeráveis, congrega-se a resistência ao esquecimento e às narrativas de abstração das vidas vitimadas pela pandemia de Covid-19.

Se entendermos a pandemia e suas consequências como memórias do capitalismo, os números podem ser entendidos a partir de duas perspectivas: a) o número de vítimas, um capital simbólico e político, objeto de disputa no Brasil e no mundo, a partir de quem falseava e ocultava e de quem denunciava e explicitava, esses últimos transformando os números em mais-que-números; e b) as vítimas como números, isto é, a banalização da morte e integração do sujeito à racionalidade neoliberal, tendo sido o humano abstraído em contagens e gráficos econômicos relacionados à bolsa de valores, ao desemprego e ao surgimento de novos bilionários (Damon, 2022).

Assim, quando o Memorial Inumeráveis descreve a Ormildo Loli como “Ele não é a vítima número 114.772, mas sim a honestidade, a solicitude e o trabalho misturado numa só pessoa” além de reforçar a apreensão da sua existência como digna de reconhecimento, constitui-se uma possibilidade de memória que atravessa a lógica de mercado que marca um número invisível sobre o corpo do outro, na vida e na morte, convertendo ambas em uma abstração.

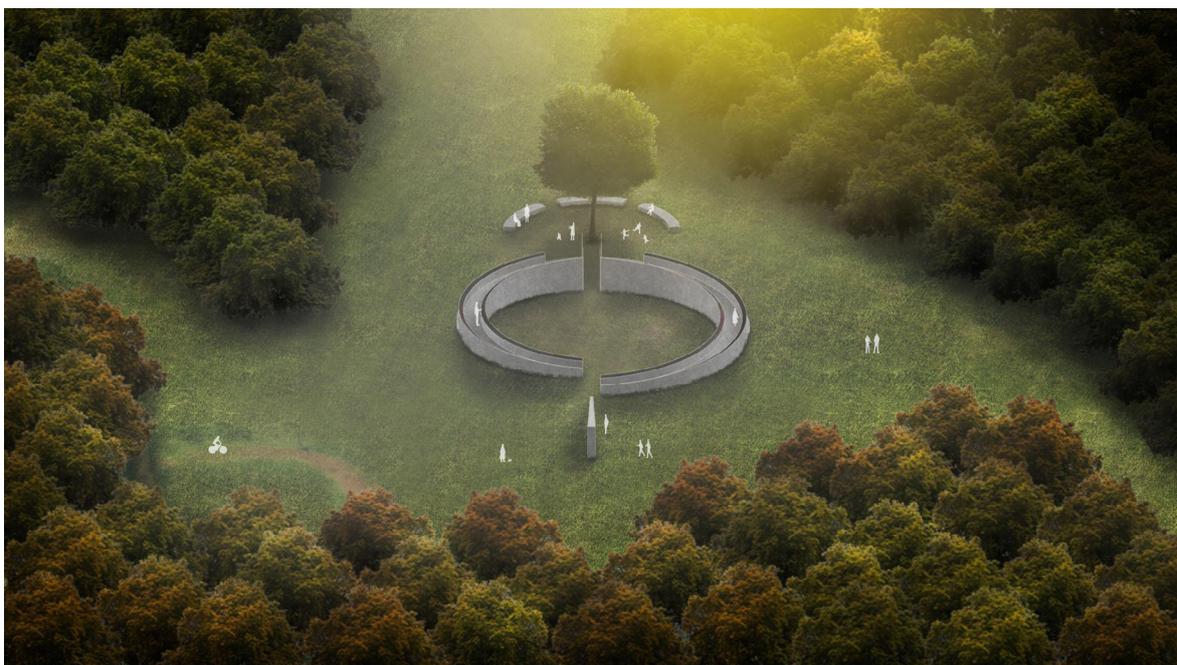
Nessa iniciativa, em nenhum momento o capitalismo é mencionado como sistema produtor dessas vítimas. Portanto, ao compreender o Memorial Inumeráveis como uma memória do capitalismo, estamos assinalando a ausência de uma presença e a presença de uma ausência. A presença da ausência da nomeação do capitalismo, ou do Capitaloceno, como responsável pelas mortes da pandemia de Covid-19. O Memorial Inumeráveis circunscreve aos seus espaços, físico e virtual, uma busca pela manutenção de direitos fundamentais que impedem o apagamento da individualidade dos sujeitos. Ao compreender o capitalismo como um sistema que promove a conversão da identidade humana em cifras ou força de trabalho a seu serviço, um projeto como este viabiliza justamente que, ao memorializar mortos a partir dos seus nomes e biografias, a égide do capitalismo seja fragilizada. Ao recordar os mortos de uma pandemia que, como argumentamos, tem como motor agências do neoliberalismo que se beneficia do sacrifício, memorializa-se também (mesmo que indiretamente) o sistema como catalisador desses apagamentos (de existência, de direitos e de identidade).

Para além da iniciativa digital, os idealizadores elaboraram um projeto para um memorial físico na cidade de São Paulo, que é apresentado como “uma jornada de memória e cura a céu aberto, onde o ar não mais faltará. Uma visão para a cidade de São Paulo pós-pandemia”. A proposta é apresentada no site em uma aba chamada “Futuro”, mas não há

nenhuma informação sobre sua realização, ainda que seja mencionado um apoio da Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.

Nessa apresentação evidencia-se um elemento que parece ter feito parte do conceito do projeto de memorial físico: a menção ao ar evidencia a mobilização de elementos da natureza e do relacionamento dos seres humanos com o meio ambiente.

Figura 1 – Projeto do Memorial Inumeráveis.



Fonte: inumeraveis.com.br

Conforme a Figura 1, o memorial foi projetado em uma área verde não identificada. A localização é outro indício da escolha conceitual. As estruturas de concreto de formatos geométricos contrastam com a natureza do entorno.

Na entrada do monumento, concebeu-se um muro com um texto sobre o vírus e sobre “a histórica resposta da raça humana a ele.”⁶ Aqui, outra menção ao relacionamento dos seres humanos com a natureza. Segundo a proposta, o texto seria sobre “como nossa relação desequilibrada com os animais está na origem deste mal [Covid-19]”, característica que também é inerente às separações dicotômicas perpetuadas pelo capitalismo (neste caso, a divisão humano/natureza).

⁶ Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/futuro/> Acesso em: 29 jul. 2024.

As formas circulares são rampas ascendentes, cabendo ao visitante escolher por qual delas subirá. No guarda-corpo das rampas, os nomes das vítimas estarão gravados em metal. Esse desenho de duas rampas apartadas foi escolhido, segundo os organizadores, para compor “um amplo espaço vazio, silencioso”, que separasse “os visitantes nos lembrando do isolamento social e da solidão do luto.”

Ao entardecer, foi pensado “um ritual interativo de luz e conexão”. Os nomes das vítimas são iluminados e o visitante, ao apontar seu celular para um deles, é direcionado para a história daquela pessoa no memorial virtual. De acordo com o projeto, “neste momento, a luz individual daquele nome gravado no metal acende com mais intensidade - como se estivesse sentindo a conexão.” Esse destaque luminoso também foi pensado para quando uma pessoa, navegando pelo site, clicar na história de vida de uma das vítimas, ele acender presencialmente.

No final de cada uma das rampas, dois vidros paralelos impedem a passagem do visitante. Trata-se de uma instalação de arte digital, chamada no projeto de “a saudade do toque”, conforme a Figura 2.

Figura 2 – Projeto do Memorial Inumeráveis.



Fonte: inumeraveis.com.br

Quando duas pessoas tocam simultaneamente os vidros sentem uma pequena vibração. De acordo com os idealizadores, além de mobilizar os sentidos, a instalação “representa o papel essencial da tecnologia em manter a sociedade conectada durante o isolamento social.”



Este momento, de acordo com o projeto, “marca o fim da crise e o início de um recomeço”. A escadaria representaria os passos necessários para a retomada das relações presenciais, e, ao mesmo tempo, faria as vezes de uma arquibancada, para abrigar momentos de sociabilidade.

O percurso no memorial se encerra diante de uma árvore, cercada de bancos. Aqui, encontramos uma menção ao que poderia remeter a uma “memória do capitalismo”, ainda que não nomeada pelos idealizadores: “é ao redor dela [árvore] que sentamos para nos lembrar que a nossa relação desequilibrada com a natureza e os animais foi um fator crítico para o surgimento do vírus que iniciou a crise.”

Tanto a concepção do Inúmeraveis quanto a justificativa de seus elaboradores parecem convergir a uma ideia, não nomeada ou debatida, de inscrição do projeto na realidade capitalocênica, seja ao mencionarem as relações conturbadas com a natureza ou ao proporem uma assimilação dos mortos da Covid-19 como mais que números em um monumento integrado ao meio ambiente. Portanto, ainda que as pessoas envolvidas nos memoriais físico e virtual não relacionem a pandemia e suas vítimas ao capitalismo, encontramos possibilidades de nomeá-los como registros de uma memória dessa razão e desse sistema. Trata-se da ausência de uma presença, ou seja, na crítica à relação estabelecida entre os seres humanos e a natureza.

Considerações finais

A experiência da Covid-19, com suas conturbações físicas, materiais e psicológicas, pode ser entendida, de acordo com a definição empregada pelo historiador Henry Rousso, como nossa “última catástrofe” (2006). Nesse sentido, percebemos a “catástrofe pandêmica” como resultado da forma de relacionamento dos seres humanos com a natureza característica do capitalismo e de sua noção de “Natureza Barata” (Moore, 2022), cujos resultados, a priori, parecem imperceptíveis, mas se tornam cada dia mais evidentes.

Finalizamos grande parte do texto poucos dias após a comemoração do terceiro ano da declaração da Organização Mundial da Saúde de que vivíamos uma pandemia. Essa experiência seguirá nos exigindo em diferentes âmbitos: no campo historiográfico, ao nos questionar sobre as possibilidades e os limites da narrativa de situações traumáticas; no âmbito político, na avaliação das omissões e políticas públicas formuladas, encaminhando o tema também para a dimensão jurídica; em nível educacional e social, na promoção de trabalhos de memória como formas de auxiliar na elaboração do luto coletivo, pelas diversas perdas ocorridas.

Propomos que todos esses processos sejam realizados a partir da interpretação da Covid-19 como reflexo da relação dos seres humanos com a natureza característica do



Antropoceno, e, portanto, como uma “memória do capitalismo”, sistema e racionalidade que promoveu a ação do vírus no planeta e, portanto, produziu vítimas.

A partir disso, sugerimos interpretar uma das iniciativas de arquivamento e memorialização da pandemia como uma “memória do capitalismo”, demonstrando a possibilidade dessa nomeação a partir do enfrentamento às ausências reverberadas pelo capitalismo.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- ANDERSEN, Kristian G. et al. The proximal origin of SARS-CoV-2. **Nat Med**, [s. l.], v. 26, [s. n.], p. 450–452, abr. 2022.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.
- BALDINI, Lauro José Siqueira, NASCIMENTO, Elisa Mara do. “Esse verso é um pouquinho de uma vida inteira...”: Os Inumeráveis e a morte inominável. **Revista Linguagem**, São Carlos, v. 37, Número Temático, janeiro, p. 67-90, 2021.
- BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**: edição crítica. São Paulo: Alameda, 2020.
- BLOSS, Gerusa Morgana, ALVES, Lucas de Oliveira. Inumeráveis e pandemia: a memória como resistência à quantificação da vida. **Psicologia Política**, [s. l.], v. 21, n. 52, p. 761-776. 2021.
- BOUTON, Christophe. Responsabilidade pelo passado: lançando luz no debate sobre o “dever de memória” na França. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 271–283, 2016.
- BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial**: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Rio de Janeiro: Zazie, 2018.
- BUTLER, Judith. Judith Butler escreve sobre a pandemia da Covid-19 e suas relações com nosso imaginário político e social. *Blog da Boitempo*. 20 mar. 2020. Disponível em: bit.ly/3PePy7G. Acesso em: 10 jan. 2023.
- BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- CATELA, Ludmila da Silva. De memórias largas y cortas: poder local y violencia en el noroeste argentino. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 426-442, dez. 2017.
- CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória**: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2001.
- CELY Guimarães Alves. **Memorial Inumeráveis**. Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/cely-guimaraes-alves/>. Acesso em: 27 ago. 2023.
- CERCEL, Cristian. Towards a Disentanglement of the Links between the Memory Boom and the Neoliberal Turn. **Intersections: East European Journal of Society and Politics**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 27-42, 2020.
- COSTA, Breno Augusto da. O conceito de necropolítica e a pandemia COVID-19: algumas notas sobre a realidade brasileira. **REBELA**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 32–65, 2020.
- DAMON, Andre. How American capitalism profits on death. **World Socialist Web Site (WSWS)**, 2022. Disponível em: <https://www.wsws.org/en/articles/2022/01/05/pers-j05.html>. Acesso em: 23 de agosto de 2023.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENGEL-DIMAURO, Salvatore. Anti-Communism and the Hundreds of Millions of Victims of Capitalism. *Capitalism Nature Socialism*, [S. L.], v. 32, n. 1, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10455752.2021.1875603>. Acesso em: 10 jan 2023.
- FEIERSTEIN, Daniel. **Memorias y representaciones**: sobre la elaboración del genocídio. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.
- FELMAN, Shoshana. **O inconsciente jurídico**: julgamentos e traumas no século XX. São Paulo: Edipro, 2014.



- FERRER, Anacléto, SÁNCHEZ-BIOSCA, Vicente (Eds.). **El infierno de los perpetradores**: imágenes, relatos y conceptos. Barcelona: Bellaterra, 2019.
- FOX, M. The Covid-19 pandemic almost didn't happen, a new genetic dating study shows. **CNN**. 19 mar. 2021. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2021/03/18/health/coronavirus-bad-luck-genetic-study-scn/index.html>>. Acesso em: 01 ago. 2024.
- FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2023.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Verdade e memória do passado. **Proj. História**, São Paulo, v. 17, [s. n.], p. 213-221, nov. 1998.
- GAO, Z. Sinophobia during the Covid-19 Pandemic: Identity, Belonging, and International Politics. **Integr Psychol Behav Sci**, v. 56, n. 2, 2022, p. 472-490.
- GATTI, Gabriel (ed.). **Un mundo de víctimas**. Barcelona: Anthropos, 2017.
- GONÇALVES, Isabella de Sousa, BATISTA, Luísa Campos. Memorial Inumeráveis: combate ao negacionismo, à banalização da morte e a emergência de uma memória subterrânea. In: MUSSE, Christina, MEDEIROS, Theresa, HENRIQUES, Rosali (orgs.). **Nostalgias e memórias no tempo das mídias**. Florianópolis: Insular/ UFJF, 2020. p. 418-440.
- GRISALES, Sandra Patricia Arenas, COIMBRA, José. No son solo un número. **Revista Universidad de Antioquia**, v. 344, [s. n.], p. 176-181, 2021.
- GROPPO, Bruno. Las políticas de la memoria. **Sociohistórica**, [s. l.], [s. v.], n. 11-12, p. 187-198, 2002.
- HAMILTON, Clive. Human Destiny in the Anthropocene. In: HAMILTON, Clive; GEMENNE, François; BONNEUIL, Christophe (orgs.). **The Anthropocene and the Global Environmental Crisis**: rethinking modernity in a new epoch. Londres: Routledge, 2015. p. 32-43.
- HAMILTON, Clive; GEMENNE, François; BONNEUIL, Christophe (orgs.). **The Anthropocene and the Global Environmental Crisis**. Londres: Routledge, 2015. p. 1-13.
- HARTLEY, Daniel. Antropoceno, Capitaloceno e o problema da cultura. In: MOORE, Jason (org.). **Antropoceno ou capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: elefante, 2022. p. 250-270.
- HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JELÍN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- KAYSER, Erick. Capitalismo e democracia em uma temporalidade neoliberal. In: IV SIMPÓSIO PÓS-ESTRUTURALISMO E TEORIA SOCIAL, 2019, Pelotas. **Anais**. Disponível em bit.ly/3PbWLFs. Acesso em: 8 jan 2023.
- LI, Peter. How wildlife trade is linked to coronavirus. **YouTube**, 6 mar. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TPpoJGYlW54>. Acesso em: 4 jan. 2023.
- LIN, B; DIETRICH, M. L.; SENIOR, R. A.; WILCOVE, D. S. A better classification of wet markets is key to safeguarding human health and biodiversity. **Lancet Planet Health**, v. 5, n. 5, 2021, p. 386-394.
- LINDNER, Julia, VARGAS, Mateus. Morte de idosos por covid-19 melhora contas da Previdência, teria dito chefe da Susep. **Terra**, São Paulo, 28 mai. 2020. Disponível em: bit.ly/47NdfGF Acesso em: 27 ago. 2023.
- LÖWY, Michel. **Walter Benjamin – aviso de incêndio**: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARINO, Ian Kisil *et al*. Como contar a história da Covid-19? Reflexões a partir dos arquivos digitais no Brasil. **Esboços**: histórias em contextos globais, [s. l.], v. 28, n. 48, p. 558-583, 2021.
- MARINO, Ian Kisil; SILVEIRA, Pedro Telles da; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivo, memória e Big Data: uma proposta a partir da Covid-19. **Cadernos do Tempo Presente**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 90-103, 2020.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MOORE, Jason. Value in the Web of Life. In: MOORE, Jason. **Capitalism in the Web of Life**: ecology and the accumulation of capital. Londres: Verso, 2015, p. 61-82.
- MOORE, Jason W. O surgimento da natureza barata. In: MOORE, Jason (org.). **Antropoceno ou capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: elefante, 2022. p. 129-186.
- MOORE, Jason. Introdução. In: MOORE, Jason (org.). **Antropoceno ou capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: elefante, 2022. p. 13-30.
- NAIL, Thomas. What is COVID capitalism? **Distinktion**: Journal of Social Theory, [s. l.], v. 23. n. 2-3, p. 327-341, 2022.



- NESTROVSKI, Arthur, SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Catástrofe e representação**: ensaios. São Paulo: Escuta, 2000.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, São Paulo, v. 10, [s. n.], p. 7-28, dez. 1993.
- PIPER-SHAFFIR, Isabel. Víctima. In: VINYES, Ricard (ed.). **Diccionario de la memoria colectiva**. Barcelona: Gedisa, 2018. p. 494-498.
- RANGEL, Marcelo de Mello, DE ARAUJO, Valdeci Lopes. Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 8, n. 17, p. 318-332, abr. 2015.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.
- ROBIN, Régine. **La memoria saturada**. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2012.
- ROSA, Harmut. **Alienação e aceleração**: por uma teoria crítica da temporalidade tardo-moderna. Petrópolis: Vozes, 2022.
- ROTHBERG, Michael. **Multidirectional Memory and the Universalization of the Holocaust**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- SCIENTISTS predict 4,000 new animal viruses by 2070. **Open Access News**. 29 abr. 2022. Disponível em: <https://www.openaccessgovernment.org/scientists-predict-4000-new-animal-viruses-by-2070/134686/>. Acesso em: 4 jan. 2022.
- SEGATA, Jean; BECK, Luiza; MUCCILLO, Luísa. Beyond Exotic Wet Markets: COVID-19 Ecologies in the Global Meat-Processing Industry in Brazil. **eTropic**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 94-114, 2021.
- SEMAL, Luc. Anthropocene, catastrophism and green political theory. In: HAMILTON, Clive; GEMENNE, François; BONNEUIL, Christophe (orgs.). **The Anthropocene and the Global Environmental Crisis**: rethinking modernity in a new epoch. Londres: Routledge, 2015. p. 87-99.
- SUBEDI, Madhusudan. COVID-19: Anthropocene and Capitalocene Caused Pandemics. **Dhaulagiri**: Journal of Sociology and Anthropology, [s. l.], v. 14, [s. n.], p. 15-21, 2020.
- TAJRA, Alex. Todos nós vamos morrer um dia: veja falas de Bolsonaro sobre o coronavírus. **UOL**. São Paulo, 01 mai. 2020. Disponível em: bit.ly/44wMkRg. Acesso em: 27 ago. 2023.
- TODOROV, Tzvetan. **Los Abusos de la Memoria**. Granques, Espanha: Miguel Salazar, 2000.
- TORRES, Aracele Lima. Os arquivos digitais e a dilatação da memória histórica: algumas reflexões tateantes. **Confluente**, Bolonha, v. 5, n. 1, p. 37-47, 2013.
- TRAVERSO, Enzo. Políticas de la memoria en la era del neoliberalismo. **Aletheia**, [s. l.], v. 7, n. 14, p. 1-11, 2017.
- TURIN, Rodrigo. A (des)temporalização da pandemia. In: MAIA, Andréa Casa Nova; NOVA, Vera Casa (orgs.). **Arquivo pandemia**: diários íntimos, recortes poéticos, históricos, geográficos, políticos, antropológicos, artísticos, psicossociais do isolamento. Belo Horizonte: UFMG, 2021a, p. 336-339.
- TURIN, Rodrigo. A "catástrofe cósmica" do presente: alguns desafios do antropoceno para a consciência histórica contemporânea. In: MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (orgs.). **História do tempo presente**: mutações e reflexões. Rio de Janeiro: FGV, 2022. p. 141-166.
- TURIN, Rodrigo. Tempos pandêmicos e cronopolíticas. In: PELBART, Peter Pál; FERNANDES, Ricardo Muniz (orgs.). **Pandemia Crítica – Outono**. São Paulo: N-1, 2021b. p. 326-330.
- TURIN, Rodrigo. **Tempos precários**: aceleração, historicidade e semântica neoliberal. Rio de Janeiro: Zazie, 2019.
- VIDAL, John. Destruction of habitat and loss of biodiversity are creating the perfect conditions for diseases like Covid-19 to emerge. **Ensia**. 17 mar. 2020. Disponível em: <https://ensia.com/features/covid-19-coronavirus-biodiversity-planetary-health-zoonoses/>. Acesso em: 4 jan. 2023.
- VINYES, Ricard. La buena memoria. El universo simbólico de la reconciliación en la España democrática. Relatos y símbolos en el texto urbano. **Ayer**. Revista de Historia Contemporánea, [s. l.], v. 96, n. 4, p. 155-181, 2014.
- WHO team in China confirm that COVID-19 came from animals. **Open Access News**. 10 fev. 2021. Disponível em: <https://www.openaccessgovernment.org/who-team-in-china/103349/>. Acesso em: 04 jan. 2023.
- WOROBAY, Michael et al. The Huanan Seafood Wholesale Market in Wuhan was the early epicenter of the COVID-19 pandemic. **Science**, [s. l.], v. 377, n. 6609. p. 951-959, 2022.



INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Biografia profissional

Caroline Silveira Bauer é doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e em Mon Contemporâni pela Universitat de Barcelona. Atua no Departamento de História da Ufrgs, no Programa de Pós-graduação em História da Ufrgs e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória). Integra o Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (Luppa). Pesquisa a ditadura civil-militar brasileira e temáticas correlatas, e é bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPQ-2.

Leandro Ferreira Souza é graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e discente do Programa de Pós-graduação em História (nível mestrado) da mesma instituição, com bolsa Pós-graduação CNPq Mestrado. Integra o Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (Luppa) enquanto pesquisador visitante. Pesquisa, na dissertação, temáticas centralizadas nas vítimas da pandemia de Covid-19.

Endereço para correspondência

Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (Luppa), Avenida Bento Gonçalves, 9500 – Prédio 43311 – Salas 204 e 206, Porto Alegre/RS – Brasil, CEP 91509-900

Financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), através de uma bolsa de Produtividade em Pesquisa e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, através de uma bolsa de Mestrado.

Agradecimento

Agradecemos às turmas de graduação e pós-graduação com quem compartilhamos parte dos argumentos deste texto em 2023/1.

Contribuição de autoria

Análise formal: BAUER, Caroline Silveira; SOUZA, Leandro Ferreira.

Conceituação: BAUER, Caroline Silveira; SOUZA, Leandro Ferreira.

Curadoria de dados: BAUER, Caroline Silveira; SOUZA, Leandro Ferreira.

Escrita – Primeira Redação: BAUER, Caroline Silveira; SOUZA, Leandro Ferreira.

Escrita – Revisão e Edição: BAUER, Caroline Silveira; SOUZA, Leandro Ferreira.

Investigação: BAUER, Caroline Silveira; SOUZA, Leandro Ferreira.

Conflito de interesse

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

Modalidade de avaliação

Duplo-cega por pares.

Preprint

O artigo não é um preprint.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Não se aplica.



Editores responsáveis

Flávia Varella – Editora-chefe

Rebeca Gontijo – Editora-chefe

Fabio Duarte Joly – Editor executivo

Direitos autorais

Copyright © 2024 Caroline Silveira Bauer. Leandro Ferreira Souza.

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Histórico de avaliação

Data de submissão: 28 de agosto de 2023

Data de alteração: 13 de maio de 2024

Data de aprovação: 04 de agosto de 2024

